

Eixo Capital



JÉSSICA EUFRÁSIO
jessicaeufrasio.df@dabr.com.br

Nome do PT que disputará vaga ao Buriti sai nesta semana

Twitter/Reprodução



A indefinição sobre o nome que representará o PT na disputa pela vaga ao Palácio do Buriti deve chegar ao fim nesta semana. O diretório nacional partidário fará uma reunião para votar a resolução que dará a palavra final sobre o método de composição e o calendário para formação das chapas nas unidades federativas. A orientação levará em conta negociações com as outras legendas que compõem a federação (PV e PCdoB), bem como a situação das siglas e a força dos pré-candidatos dos 26 estados e do DF.

Ed Alves/CB



Reunião após reunião

A comissão executiva regional divulgou uma resolução em que, de maneira categórica, destaca a necessidade de haver urgência na escolha do nome. Depois de receber os direcionamentos da cúpula da sigla, o diretório do partido no DF terá um encontro, marcado para o próximo sábado, no qual se posicionará quanto à "indicação de um nome que represente o PT-DF como candidato ou candidata ao Governo do Distrito Federal". A decisão será entre Rosilene Corrêa, diretora do Sindicato dos Professores do DF, e o ex-deputado federal Geraldo Magela.

Pressões internas

Filiados ao PT-DF têm pressionado por um parecer há algum tempo, especialmente devido ao andamento das pré-candidaturas da oposição e ao prazo-limite para trocas de siglas pela janela partidária, que termina em 1º de abril. Além disso, há um sentimento de que a falta do nome petista esteja prejudicando debates francos e diretos com outros postulantes à chefia do Buriti. Por enquanto, a expectativa é de que, se não houver acordo entre quem assumirá a dianteira nessa corrida, o bater do martelo ficará a cargo do diretório nacional.

PSB relança pré-candidata trans à Câmara dos Deputados

João P. Teles/Divulgação



A assistente social Paula Benett (PSB) anunciou que disputará novamente uma vaga na Câmara dos Deputados. Com a meta de ser a primeira trans eleita pelo Distrito Federal para o cargo, a pré-candidata retoma os planos quatro anos depois de deixar a concorrência por decisão do partido, devido às vagas que restaram após as coligações de 2018. À época, a ativista teve de abrir mão do percurso rumo ao Congresso Nacional para se lançar à Câmara Legislativa, conseguindo 0,09% dos votos válidos (1.259).

YouTube/Reprodução



Associações de militares do DF repudiam falas de Luís Miranda

Um vídeo divulgado pelo deputado federal Luís Miranda (Republicanos-DF) recebeu duras críticas do Fórum das Associações Representativas dos Policiais Militares e Bombeiros Militares, nesta semana. O grupo, formado por 11 entidades, publicou uma nota de repúdio em que nega as acusações feitas pelo parlamentar sobre supostos casos de corrupção na Caixa Beneficente da PMDF (Cabe). O documento se divide entre reprimendas à atuação do deputado durante a tramitação da medida provisória que garantiu o reajuste às forças de segurança do DF, em 2020, e comentários enaltecendo o trabalho do senador Izalci Lucas (PSDB-DF) no mesmo processo. Por fim, o texto sai em defesa da presidente da Cabe, coronel Maria Costa, a quem Miranda ameaçou "ferrar e enquadrar".

Reforço na busca por desaparecidos

A procura por pessoas desaparecidas passa a contar com uma plataforma que pode reforçar os trabalhos das autoridades. A Polícia Rodoviária Federal lançou o Sinal Desaparecidos (desaparecidos.prf.gov.br), site que permite informar o sumiço de alguém conhecido, com imediata notificação das equipes de agentes que atuam em um raio de até 500km do local da ocorrência. Também é possível comunicar a corporação sobre o caso pelo telefone 191. Os dois sistemas de atendimento funcionam 24 horas por dia. Mesmo assim, não dispensam registro de boletim na Polícia Civil.

Juízes do TRT-10 lançam livro para concurseiros e graduandos



Com foco nas demandas de estudantes universitários e concurseiros, Noemia Porto e Ricardo Lourenço Filho, integrantes do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região (TRT-10/DF-TO) lançaram, neste mês, o livro *Direito individual do trabalho*. Com uma proposta de estudo simplificado, a obra aborda temas como contrato e jornada laboral, salário, remuneração, terceirização e relação de emprego. Os exemplares estão disponíveis em versão física ou digital, pelo site do Grupo Gen.

Sem ressentimentos

Apesar das mudanças determinadas pelo partido na ocasião — e até com chamados para mudar de sigla —, Paula optou por permanecer no PSB. No ano passado, recebeu um pedido de desculpas e um convite para concorrer novamente a federal, desta vez, para valer. A pré-candidata considera que, independentemente do resultado, o mais importante será levar os planos até o fim. "Pela importância dela e pelo que houve em 2018, minha pré-candidatura está garantida, o que já é uma grande vitória", disse à coluna.



A PERGUNTA QUE NÃO QUER CALAR....

Quais os verdadeiros critérios para concessão da Medalha do Mérito Indigenista?



SIGA O DINHEIRO

R\$ 700 MIL

Valor da emenda parlamentar do distrital Iolando Almeida (PSC) para construção da Praça da Bíblia em Brasília



MANDOU BEM

O Supremo Tribunal Federal manteve a decisão de proibir que o Disque 100, serviço para denúncia de violações aos direitos humanos, passasse a registrar relatos de "discriminação" sofrida por pessoas que não quiseram se vacinar contra a covid-19 ou queixas contra a exigência de comprovante de imunização. A permissão representaria um desvio de finalidade do canal, criado para receber informações sobre crimes praticados contra crianças, negros, indígenas, mulheres, refugiados, idosos, pessoas com deficiência, em situação de vulnerabilidade, população LGBTQIA+, entre outros.



MANDOU MAL

Mais uma vez, um valentão contrariado decidiu resolver discordâncias na base da violência física. O professor de artes marciais Henrique Paulo Sampaio desferiu um forte soco em Wahby Khalil, síndico do condomínio onde os dois moram, em Águas Claras. O caso ocorreu depois de o administrador do edifício reclamar com o vizinho sobre um saco de pancada instalado na academia do prédio. Até o fechamento desta edição, a polícia procurava o agressor, e a vítima continuava internada na UTI.

À QUEIMA-ROUPA



PAULO JOSÉ CUNHA
Professor da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília (FAC/UNB)

Arquivo pessoal



O Telegram se serve justamente da promessa de acesso irrestrito e impune a conteúdos, sejam lícitos ou ilícitos"

Por que o Telegram, especificamente, entrou na mira da Justiça brasileira? Porque é um aplicativo que não se submete a qualquer tipo de controle. Justamente por isso é usado para todo tipo de contravenção, desde a divulgação de pornografia, inclusive infantil, com livre circulação de conteúdos de pedofilia, passando pelo tráfico de drogas e de armas, bem como da ampla difusão de fake news. O problema é que essa plataforma não tem representação formal no Brasil e, por isso, as autoridades brasileiras ficam de mãos atadas para tomar qualquer iniciativa capaz de garantir algum controle sobre os conteúdos que circulam nele. O Telegram foi criado na Rússia, que se tornou um paraíso para os produtores e difusores de fake news. Embora tenha sede em Dubai, nos Emirados Árabes, não tem um endereço de contato confiável. A Justiça Eleitoral tentou diversas vezes se comunicar, inclusive por e-mail e por correspondência comum, mas não teve retorno. Só agora, com a proibição imposta pelo ministro Alexandre de Moraes,

(os responsáveis) apareceram, com a desculpa esfarrapada de que não haviam recebido o e-mail.

O que muda após a decisão do Supremo?

A decisão depende da ação dos provedores, pois, sem eles, nenhum aplicativo funciona. O ministro se antecipou, determinando que Google e Apple impeçam o acesso dos celulares ao Telegram, mas ainda é pouco. Tão logo a decisão foi anunciada, grupos de extrema-direita já se mobilizaram para driblar as determinações da Justiça. Na decisão que proibiu o aplicativo, consta uma determinação às plataformas e aos provedores de internet que interditem o Telegram, sob pena de multa diária de até R\$ 100 mil. Resta aguardar para saber como eles vão se comportar.

O que a segurança desse app tem de diferente em relação à dos demais?

Não se trata de segurança, mas de uma característica dele. Para ganhar, como vem ganhando, cada dia mais adeptos — hoje, o aplicativo é usado por mais da metade dos

celulares brasileiros —, o Telegram se serve justamente dessa promessa de acesso irrestrito e impune aos conteúdos, sejam lícitos ou ilícitos. Segurança, se existe, é para criação de uma terra sem lei. Curioso é que o Telegram alegou não ter recebido as comunicações da Justiça, mas o presidente da empresa, o russo Pavel Durov, alegou ter cumprido uma decisão judicial anterior, retirando do ar alguns perfis. Agora, diz não ter recebido comunicação alguma. Eles se contradizem a todo momento.

Como esse aplicativo pode impactar as eleições deste ano?

O impacto, caso o Telegram continue livre para operar, é o da difusão livre e desimpedida de conteúdos como fake news, que só favorecem aos

grupos que hoje ocupam o poder no Brasil. Se lembrarmos que foi muito por conta delas que o atual presidente se elegeu em 2018, e isso está provado, percebemos claramente a razão de o próprio (Jair) Bolsonaro e o ministro da Justiça, Anderson Torres, estarem se movimentando publicamente no sentido de sustar a decisão que proibiu o Telegram.

E, no caso de outras plataformas de comunicação, que risco representam?

Outras plataformas igualmente oferecem riscos, porém estão bem mais sujeitas a responder por algum delito e serem, por exemplo, obrigadas a apagar perfis falsos ou que divulguem informações mentirosas, caluniosas ou criminosas. Mas, com elas, a diferença é que são localizáveis e imputáveis, por terem representação no Brasil, o que não ocorre com o Telegram.

O que deve ser feito para garantir um processo eleitoral menos prejudicado por esse cenário?

A vigilância permanente da Justiça Eleitoral, que vai precisar contar com profissionais de alta competência

para monitorar permanentemente as redes sociais da internet. Além disso, o Poder Judiciário, sobretudo a Justiça Eleitoral, precisa criar uma espécie de rito sumário para recebimento de denúncias, apreciação, julgamento e punição dos responsáveis. É sabido que a Justiça é lenta porque existe a necessidade de ampla defesa, de exame cuidadoso de provas, etc. Mas, durante um processo eleitoral, a informação maliciosa provoca os maiores danos, e em uma velocidade vertiginosa. Se no passado era difícil, quase impossível, enfrentar notícias caluniosas ou criminosas por meio de um desmentido publicado nos meios de comunicação, imagine agora, com informação circulando à velocidade da luz. Os próprios partidos precisam se empenhar nesse trabalho, bem como todas as instituições públicas e privadas que tenham condições de prestar qualquer tipo de ajuda. Punições rigorosas, como prometidas, precisam sair da promessa. Elas podem funcionar como elemento de contenção da ação deletéria dos que se beneficiam eleitoralmente da criação e da difusão de informações falsas.